

MUNICÍPIO DE POMBAL

EMPREITADA: “Criação do espaço público na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto”

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO CADERNO DE ENCARGOS

1. Carlos Alberto Antunes Gil, casado, natural de Janeiro de Cima – Fundão, portador do Cartão de Cidadão, N.º de Documento-Identificação Civil n.º 2632377 0ZY9, residente na Rua dos Bacelinhos, Lote n.º 17 – Complexo Industrial de Inespico-Bacelinhos – Santo António, 9940-203 Santo António – São Roque do Pico, com o cargo de Gerente, na qualidade de representante legal da empresa “Carlos Gil - Obras Públicas, Construção Civil e Montagens Eléctricas, Lda” com sede na Rua Armando Almeida e Silva, n.º 30, Favariça, 3200-084 Lousã, com o capital social de 49.879,78 Euros, contribuinte n.º 504356364 e matriculada sob o mesmo número na C.R.C.Lousã, possuidor do Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas n.º 30160, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“Criação do espaço público na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto”**, declara sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:
 - a. Declaração de Aceitação do Caderno de Encargos, conforme Anexo I do CCP – presente documento e Certidão Permanente;
 - b. Nota Justificativa do preço proposto;
 - c. Memória Descritiva e Justificativa do modo de execução da obra;
 - d. Declaração de Preços Parciais e Alvará;
 - e. Declaração de Preço Anormalmente Baixo (Não Aplicável);
 - f. Lista de Preços Unitários e Mapa Resumo (formato pdf e preenchimento na plataforma);
 - g. Declaração da Proposta;
 - h. Programa de Trabalhos constituído por: Plano de Trabalhos, Caminho Crítico, Plano de Mão-de-obra, Plano de Equipamentos e Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro.

3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que:
 - a. Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
 - b. Não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional];
 - c. Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional];
 - d. Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
 - e. Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
 - f. Tenham sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82 de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
 - g. Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
 - h. Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
 - i. Não foi condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes]:

- i. Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii. Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii. Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv. Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j. Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Refere-se a presente declaração à alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro do CCP.

**Certidão Permanente**
Código de acesso: 0113-6880-2580

A entrega deste código a qualquer entidade pública ou privada dispensa a apresentação de uma certidão em papel.(artº 75º, nº5 do Código do Registo Comercial)

Matrícula

NIPC: 504356364**Firma:** CARLOS GIL - OBRAS PÚBLICAS, CONSTRUÇÃO CIVIL E MONTAGENS ELÉCTRICAS, LDA**Natureza Jurídica:** SOCIEDADE POR QUOTAS**Sede:** FAVARIÇADistrito: Coimbra Concelho: Lousã Freguesia: Lousã e Vilarinho
3200 084 LOUSÃ**Objecto:** Construção civil, obras públicas e montagens eléctricas**Capital:** 49.879,78 Euros**CAE Principal:** 41200-R3

CAE Secundário (1): 42220-R3 CAE Secundário (2): 02400-R3 CAE Secundário (3): 42990-R3

Data do Encerramento do Exercício: 31 Dezembro**Conservatória onde se encontram depositados os documentos:** Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de Lousã
Corresponde à anterior matrícula nº 749/19990129 na Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de Lousã

Os elementos constantes da matrícula não dispensam a consulta das inscrições e respectivos averbamentos e anotações porquanto são estes que definem a situação jurídica da entidade.

Inscrições - Averbamentos - Anotações

Insc.1 Ap.02/1999,01.29 - CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE E DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ÓRGÃO(S) SOCIAL(AIS)

FIRMA: CARLOS GIL - OBRAS PÚBLICAS, CONSTRUÇÃO CIVIL E MONTAGENS ELÉCTRICAS, LDA

NIPC: 504356364

NATUREZA JURÍDICA: SOCIEDADE POR QUOTAS

SEDE: FAVARIÇA

Distrito: Coimbra Concelho: Lousã Freguesia: Lousã

3200 LOUSA

OBJECTO: Construção civil, obras públicas e montagens eléctricas

CAPITAL : 49.879,78 Euros

SÓCIOS E QUOTAS:

QUOTA : 24.939,89 Euros

TITULAR: Carlos Alberto Antunes Gil

Estado civil : Casado(a)

Nome do cônjuge: Maria Palmira Fonseca Garcia Gil

Regime de bens : Comunhão de adquiridos

Residência: Faviarica

Lousã

QUOTA : 24.939,89 Euros

TITULAR: Maria Palmira Fonseca Garcia Gil

Estado civil : Casado(a)

Nome do cônjuge: Carlos Alberto Antunes Gil

Regime de bens : Comunhão de adquiridos

Residência: Faviarica

Lousã

FORMA DE OBRIGAR/ÓRGÃOS SOCIAIS:

Forma de obrigar: Basta a assinatura de um gerente

Estrutura da gerência: Fica a cargo dos sócios, que vierem a ser nomeados em assembleia geral, ficando desde já nomeado gerente o sócio Carlos Alberto Antunes Gil

CONSERVATÓRIA DA SEDE:

Distrito: Coimbra

Concelho: Lousã

Conservatoria: CRCPC Lousã

ORGÃO(S) DESIGNADO(S):

GERÊNCIA:

Carlos Alberto Antunes Gil

Residência/Sede: Faviarica

Lousã

Extracto actualizado da ficha das inscrições nºs 1 (publicada no DR em 1999.03.03) e 2

Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de Lousã

O(A) Escriturário(a), Paula Sandra Silva Martins Nogueira Gouveia

Av.1 2015-02-02 - ATUALIZADA A FREGUESIA DA SEDE

Distrito: Coimbra Concelho: Lousã Freguesia: Lousã e Vilarinho

Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de Lousã
O(A) Ajudante, Filomena Maria Ramalheiro Martins Serra

An. 1 - 20150202 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.
Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de Lousã
O(A) Ajudante, Filomena Maria Ramalheiro Martins Serra

Insc.2 PC 2005.06.30 - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL

Ano da Prestação de Contas: 2004

Um registo/mero depósito

Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de Lousã
O(A) Escriturário(a), Paula Sandra Silva Martins Nogueira Gouveia

Insc.3 Ap.05/2006.06.30 - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL

Ano da Prestação de Contas: 2005

Transcrição da ficha da inscrição nº 3 (publicada em www.mj.gov/publicacoes em 2006.07.14)

Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de Lousã
O(A) Escriturário(a), Paula Sandra Silva Martins Nogueira Gouveia

Menções de Depósito - Anotações

Menção DEP 252/2007-09-10 13:55:03 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL

Ano da Prestação de Contas: 2006

Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas

Requerente e Responsável pelo Registo: CARLOS GIL OBRAS PUBLICAS
CONSTRUÇÃO CIVIL E MONTAGENS ELECTRICAS LDA
Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20070910 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Menção DEP 185/2008-07-01 19:26:49 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL

Ano da Prestação de Contas: 2007

Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas e Sem Ênfases

Requerente e Responsável pelo Registo: CARLOS GIL OBRAS PUBLICAS
CONSTRUÇÃO CIVIL E MONTAGENS ELECTRICAS LDA
Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20080701 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Menção DEP 263/2009-07-25 18:21:24 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL

Ano da Prestação de Contas: 2008

Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas e Sem Ênfases

Requerente e Responsável pelo Registo: CARLOS GIL OBRAS PUBLICAS
CONSTRUÇÃO CIVIL E MONTAGENS ELECTRICAS LDA
Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20090725 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Menção DEP 325/2010-07-20 18:13:16 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL

Ano da Prestação de Contas: 2009

Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas e Sem Ênfases

Requerente e Responsável pelo Registo: CARLOS GIL OBRAS PUBLICAS
CONSTRUÇÃO CIVIL E MONTAGENS ELECTRICAS LDA
Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20100720 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Menção DEP 349/2011-09-29 02:27:34 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL

Ano da Prestação de Contas: 2010 (2010-01-01 A 2010-12-31)

Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas e Sem Ênfases

Requerente e Responsável pelo Registo: CARLOS GIL OBRAS PUBLICAS
CONSTRUÇÃO CIVIL E MONTAGENS ELECTRICAS LDA
Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20110929 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Menção DEP 408/2012-08-07 20:14:22 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL

Ano da Prestação de Contas: 2011 (2011-01-01 a 2011-12-31)

Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas e Sem Ênfases

Requerente e Responsável pelo Registo: *CARLOS GIL OBRAS PUBLICAS CONSTRUÇÃO CIVIL E MONTAGENS ELECTRICAS LDA*
Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20120807 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Menção DEP 382/2013-07-22 21:39:40 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL

Ano da Prestação de Contas: 2012 (2012-01-01 a 2012-12-31)

Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas e Sem Ênfases

Requerente e Responsável pelo Registo: *CARLOS GIL OBRAS PUBLICAS CONSTRUÇÃO CIVIL E MONTAGENS ELECTRICAS LDA*
Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20130722 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Menção DEP 286/2014-07-18 21:31:14 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL

Ano da Prestação de Contas: 2013 (2013-01-01 a 2013-12-31)

Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas e Sem Ênfases

Requerente e Responsável pelo Registo: *CARLOS GIL OBRAS PUBLICAS CONSTRUÇÃO CIVIL E MONTAGENS ELECTRICAS LDA*
Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20140718 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Menção DEP 336/2015-07-21 21:11:08 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL

Ano da Prestação de Contas: 2014 (2014-01-01 a 2014-12-31)

Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas e Sem Ênfases

Requerente e Responsável pelo Registo: *CARLOS GIL OBRAS PUBLICAS CONSTRUÇÃO CIVIL E MONTAGENS ELECTRICAS LDA*
Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20150721 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Menção DEP 368/2016-07-29 20:36:31 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL

Ano da Prestação de Contas: 2015 (2015-01-01 a 2015-12-31)

Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas e Sem Ênfases

Requerente e Responsável pelo Registo: *CARLOS GIL OBRAS PUBLICAS CONSTRUÇÃO CIVIL E MONTAGENS ELECTRICAS LDA*
Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20160729 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Certidão permanente subscrita em 02-07-2008 e válida até 27-10-2017

Fim da Certidão

Nota Importante:

Não necessita de imprimir este documento. Pode dar o código de acesso a qualquer entidade pública ou privada, sempre que precise de apresentar uma certidão de registo comercial.

Voltar Sair